



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado da Paraíba, ano de 2025

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 8h30min, na ECIT João da Matta Cavalcanti de Albuquerque, Mamanguape/PB realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do CBH-LN, do ano de 2025, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Abertura da reunião; 2. Aprovação da Ata (3ª reunião ordinária 2025); 3. Apresentação do andamento da Voçoroca - Francisco Sanae Antunes Moreira – Especialista em indigenismo – SEGAT/CRJPA/FUNAI; 4. Apresentação do corredor das águas – Juan Diego Lourenço de Mendonça, Gerente Executivo da SEMAS PB; 4. Palavra facultada; 5. Capacitação AESA: Uso racional de água – Poluição de águas, causas e consequências - (Lovânia Werlang – Técnico de Recursos Hídricos - AESA). Após a verificação do quórum, o **Presidente Alfredo Nogueira da Silva Neto** abriu a reunião, saudou a todos, agradeceu as presenças e convidou o Sr. Luiz Carlos Silva de Almeida 2º Secretário Geral do CBH-LS para fazer a leitura da Pauta e começou com os informes. A **Sra. Mirella Leôncio Motta e Costa** (IFPB) informou que o Plano das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte e Litoral Sul foi aprovado no dia 10/12/2025 quando da apresentação da fase final, esse projeto era para durar 18 meses, mas chegou a aproximadamente 50 meses (por conta da pandemia, Covid, a doença do Prof. Meirelles, a enchente no Rio Grande do Sul de onde é a empresa Água e Solo) teve vários aditivos, mas finalmente a empresa Água e Solo, entendeu o que se queria, toda vez que tinha uma reunião alguma coisa mudava e eles não inseriam nos documentos anteriores então quando consolidaram tudo ficou em desacordo. No final, foi feito um esforço para conferir desde o Relatório 5º até o 9º que é o final a questão da coerência, pode ser que tenha passado. Então, foi focado em alguns pontos que tinham que ficar organizado. Foi feito uma revisão específica de dois pontos que a empresa não queria abordar, não queriam fazer a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão costeira que é uma diretriz da lei 9.433, essa revisão especifica porque é um tema por conta das mudanças climáticas é um tema que interessa por ser uma bacia litorânea, além de outros planos como marítimo, ação costeira e etc, não é um plano perfeito mas é o primeiro plano e ficou aceitável, agora é aguardar a entrega do produto impresso. O **Sr. Alfredo** disse que faz parte do Comitê do Litoral Sul e lá teve alguns percalços porque a Presidente estava solicitando muita coisa, mas o Plano está 70% representado no que as bacias (Litoral Norte e Litoral Sul) precisam. Quando o plano estiver efetivado os Comitês tem como cobrar cada ponto colocado. A **Sra. Lovania** disse que as ações para 2026 já estão sendo contempladas tanto para o litoral norte quanto litoral sul, além de outros programas que já constam no Plano de bacia vão ser contemplados. O plano de aplicação do FERH já está no site da AESA para quem quiser consultar. Continuando passou ao **Item 2. Aprovação da Ata (3ª reunião ordinária 2025)** A **Sra. Maria Adriana Mágero (ABRH)** referindo-se a fala do Sr. Joaquim Araújo (SOS Sertão) sobre a problemática do manguezal e ficou de formar uma equipe para fazer uma visita e ter algum encaminhamento. Tem algum posicionamento sobre



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

41 isso. O **Sr. Alfredo** disse que faz parte também da APA e está acontecendo um problema. Foi
42 feito um grupo lá também para ver essa questão e até para o acompanhamento do licenciamento
43 lá e da obra que foi feita pelo DER, vai sondar o que o grupo técnico tem para explicar, o grupo
44 foi a SUDEMA para saber do licenciamento porque o DER começou a obra antes de solicitar a
45 licença, tem integrante do conselho no COPAM (Sr. George) que solicitou vista desse processo
46 do licenciamento o que configura a culpa do DER porque não deu entrada na licença antes de
47 iniciar a obra. Na próxima reunião traz mais informação atualizadas. A **Sra. Mirella** disse que o
48 Sr. Joaquim também falou da água doce que não está chegando ao mangue, Mirella disse que a
49 questão da água depende da alocação que foi feita em Araçagi, e ele queria rediscutir a alocação
50 e a CAGEPA falou que não consegue colocar mais água porque está limitado pelo sifão, mas o
51 problema todo é consertar a estrutura hídrica da barragem. O **Sr. Natanael** disse que vem
52 ocorrendo a muito tempo que a CAGEPA não cumpre o compromisso de colocar o flutuante na
53 barragem de Araçagi para atender o abastecimento o Comitê vem lutando com isso a muito
54 tempo, no lugar do flutuante passaram a usar a descarga de fundo da barragem, com isso limitou
55 a descarga para a jusante do rio Mamanguape e continua. Teve uma reunião com o Presidente da
56 CAGEPA Sr. Marcus Vinicius que garantiu resolver isso em 2024 não resolveu. Na reunião em
57 Itapororoca veio três representantes da CAGEPA apresentaram todo os procedimentos de
58 licitação para aquisição de flutuante novo e que não iam colocar o flutuante usado disponível em
59 Campina Grande e que isso aconteceria ainda em 2025. Continua pendente porque a CAGEPA
60 não cumpriu e continua a grande deficiência por falta de descarga para a jusante de Araçagi, para
61 não zerar em 2022 AESA, CAGEPA e Usuário foi colocado um sifão, mesmo assim com o sifão
62 e um pouquinho de água saindo da descarga de fundo ainda fica com a deficiência de quase 800
63 usuários, após essas observações a Ata foi colocada para aprovação e a mesma foi aprovada com
64 a ressalva da Sra. Adriana Mágero sobre a fala do Sr. Severino Secretário de Meio Ambiente da
65 Prefeitura de Itapororoca. O **Sr. Luiz Carlos (2º Secretário Geral)** lembrou que trouxe essa pauta
66 da Voçoroca para que seja discutido até o caso ser resolvido porque a cada reunião surge novas
67 demandas e novos encaminhamento são feitos, é importante o acompanhamento de todas,
68 principalmente as mais antigas e assim o Comitê se mantém atualizado. O **Sr. Francisco Sousa**
69 **(AESA)** disse que em meados de outubro o Dr. Joacy Mendes – Diretor Administrativo da AESA
70 tomou conhecimento da Voçoroca e solicitou mais informações para ver se existia uma forma
71 de aplicar recurso da cobrança na recuperação dessa Voçoroca, então foi feito uma visita com
72 levantamento, reuniu-se Natanael, FUNAI, CBH-LN e um Cacique da região, no primeiro dia
73 foi feito reconhecimento do local da Voçoroca com mais profundidade, foi visto que já está se
74 formando outra Voçoroca próximo depois mais a montante viu o problema como sedimento
75 causando assoreamento. No segundo dia foi feito imagem de campo e feito um Relatório Técnico
76 com base secundária da região e o Relatório da visita técnica, que não foi concluído porque ficou
77 faltando o outmodaco das imagens de campo que seria fundamental para fazer a questão da
78 elevação e uma série de dados que seria coletado a partir dessa informação, mas um colega da
79 AESA Campina Grande está resolvendo isso. O Relatório já está com o Dr. Joacy. Quando estava
80 fazendo o trabalho de campo Sanae disse que já tinha muito material, entendeu-se que esse



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

81 trabalho seria apenas para dá uma base a nossa direção e que já tem muitas instituições
82 trabalhando, colocou-se à disposição para quaisquer dúvidas e passou-se ao **item 3.**
83 **Apresentação do andamento da Voçoroca** com *Francisco Sanae Antunes Moreira –*
84 *Especialista em indigenismo – SEGAT/CRJPA/FUNAI* o mesmo iniciou falando que chegou
85 na FUNAI/PB em 2019 e tomou conhecimento dessa Voçoroca em 2022 quando as coisas
86 começaram a funcionar e tomou conhecimento dessa Voçoroca gigantesca com 25 metros de
87 profundidade, 60 metros de largura e a alguns quilômetros de extensão o agravante é que todo
88 sedimento que está sendo carregado pelas águas pluviais estão sendo depositado na área de
89 mangue resultando no assoreamento do mangue o que causa um desequilíbrio muito grande em
90 termo de estabilidade da água, as águas do mar vem na maré cheia e não consegue sair. Em
91 relação a Voçoroca já tem procedimento no Ministério Público desde 2016, era um inquérito
92 civil foi transformado em administrativo em 2022 e a partir daí que tomou conhecimento desse
93 problema, foi feito um grupo de trabalho com várias instituições participando CBH-LN, FUNAI,
94 Prefeitura de Rio Tinto, Cacique Geral e Caciques locais (Montemor e Jaraguá) ICMbio,
95 IBAMA, SEMAS e nesse grupo de trabalho foi feito um grupo de estudo que junto com a
96 Prefeitura de Rio Tinto que tem uma rede de drenagem de águas pluviais que foi interrompido
97 porque essas águas pluviais iriam desaguar próximo justamente a nascente da Aldeia Jaraguá
98 que é onde tem essas águas - com um só recurso submerso de água que não dá vazão as nascentes
99 que leva água para o mangue. O Cacique de Jaraguá interrompeu porque essas águas vão levar
100 outras águas de uma rede clandestina residenciais que jogam suas águas para essa rede de águas
101 pluviais e vão contaminar as nascentes e com razão ele fez isso. Essa rede clandestina de águas
102 sanitárias residenciais estão jogando suas águas na cabeça da Voçoroca o que contribui com o
103 avanço dela. Quem deve fazer isso é a Prefeitura, desobstruir, fazer com que as casas que
104 desaguam suas águas sanitárias nessa rede clandestina façam suas próprias fossas para não
105 contaminar a rede de águas pluviais. Esse Grupo de trabalho reuniu-se tentou marcar com a
106 Cacica local dessa aldeia porque é de lá essa rede clandestina para esgotamento de suas águas e
107 não deu certo porque a Cacica local não mobilizou esses residentes que fizeram essa rede
108 clandestina. Na realidade quem fez essa rede clandestina foi a própria Prefeitura a pedido dessas
109 residências, com autorização da própria Cacica e essa rede clandestina desagua na cabeça da
110 Voçoroca. Existe uma estrada que já foi interrompida e já está muito próxima do posto de saúde
111 que tem uma fossa atrás e da Igreja quando essas águas se unirem vai desabar tudo. Esse grupo
112 de estudo conversou com a Prefeitura (Secretaria de Meio Ambiente) e a Cacica local e não
113 apareceu nenhum residente na reunião. Então, o Secretário de meio ambiente que é genro da
114 Prefeita chamou Sanae particularmente e disse que a Cacica não tem interesse em fazer esse tipo
115 de trabalho porque ela tem os votos daquela aldeia e não vai conflitar com os residentes porque
116 vai ter custo para fazerem suas fossas, para interromper essa rede clandestina, por recomendação
117 do Ministério Público foi criado outro grupo de trabalho já que o grupo anterior foi extinto, então
118 Sanae como membro do CBH-LN, colocou que tem esse recurso que foi colocado no Plano de
119 Aplicação uma vez que o que está faltando para a solução desse problema é o recurso, não adianta
120 ter participantes de muitas instituições e não buscam recursos para parcela de recurso para



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

121 contribuir com esse projeto. Já que o CBH-LN colocou no plano de aplicação um recurso que é
122 suficiente para solucionar esse problema, deve se encaminhar como vai ser utilizado esse recurso
123 e como se chegar a esse recurso e gostaria de deixar amarrado essa questão do recurso para poder
124 aplicar na solução da Voçoroca, recurso público na FUNAI se costuma fazer licitação ou
125 dispensa de licitação se for um valor menor o que já facilita se for um valor menor. Como esse
126 item da Voçoroca é um só não se sabe se é por licitação ou por dispensa, por ser um único item
127 deve ser por dispensa. Gostaria de deixar amarrado de que forma vai ser encaminhado isso uma
128 vez que esse recurso uma vez que Alfredo informou que esse recurso entre aspas está disponível,
129 se está disponível vamos solucionar esse problema antes que alguém caia, por exemplo, se cair
130 uma criança e morrer com certeza vão invadir a FUNAI, vão ao Ministério Público, vão a mídia
131 e etc., vai ser um problema para todos que estão envolvidos nessa demanda. O **Sr. Sanae** sugere
132 que seja encaminhado procedimentos que consiga algo para solucionar esse problema e pergunta
133 a Alfredo se o recurso está realmente disponível para já se acessar uma equipe de licitação. O
134 **Sr. Natanael** perguntou a Sanae se a FUNAI tem conhecimento da construção de uma casa ao
135 lado da Voçoroca (entre a Igreja e o Posto de Saúde), já tem esse agravante todo que com certeza
136 com autorização da Cacica e deixam construir essa casa. Sanae disse que para construir lá só
137 com autorização da Cacica porque toda a Vila Regina está dentro de terra indígena. O **Sr.**
138 **Francisco Sousa (AES A)** disse que esse recurso é importante, mas a AESA não trabalha com
139 projetos desse tipo talvez tenha que contratar. **Sr. Natanael** disse que a empresa Água e Solo fez
140 um diagnóstico e está no Plano e a SUDEMA também fez. Sanae disse que deve abrir a licitação
141 e dizer o que se pretende na licitação a empresa vencedora apresenta o projeto. Deve se fechar
142 dentro do orçamento de R\$ 160,000,00 fazer o diagnóstico e executar. **Mirella e Alfredo**
143 disseram que o projeto tem como resolver, arrumar o dinheiro para executar o projeto é outra
144 coisa. **Sr. Givaldo (Prefeitura Alagoa Grande)**, quantos municípios não ligam para esse tipo de
145 problema, tem o código brasileiro de desastre este é um desastre de natureza geológica, tem
146 acontecido nas ruas deslizamento de massas. No código brasileiro de desastre a Voçoroca está
147 no grupo geológico, subgrupo de desenvolvimento de massa (quedas, rolamentos, tombamento
148 e etc) dentro dessa classificação código de desastre sistema S2ID do governo federal, dentro
149 dessa classificação tem vários tipos de desastres. A Prefeitura desse Município onde está
150 ocorrendo essa situação tem defesa civil. Se tiver solicite a presença de um técnico de agente de
151 defesa civil, dentro do sistema do S2ID tem a página de registro, no caso de não ter o Comitê
152 pode solicitar a presença da defesa civil estadual, eles veem com muita satisfação então, Alfredo
153 solicitou que Givaldo fizesse essa solicitação junto a Defesa Civil. O **Sr. Givaldo** pediu que os
154 dados, inclusive a Defesa Civil vai cobrar do Prefeito a abertura de uma defesa civil porque é lei,
155 diante dessa problemática da Voçoroca a defesa civil faz um relatório e através da tipificação vai
156 elaborar um Formulário de identificação de desastre FID o prefeito assina, envia para o Cemaden
157 Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, para deferimento, se for
158 aprovado pode ter até recurso. Na lei 12608, art. 4º, fala sobre adoção das bacias hidrográficas.
159 Tratar dessas questões é uma competência da defesa civil. O Comitê tem essa prerrogativa, pode
160 solicitar. O **Sr. Givaldo** ficou responsável por essa providencia juntamente com Alfredo, Sanae



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

161 e Lovania. A **Sra. Mirella Motta** quando se falou sobre a ligação do esgoto com a água pluvial,
162 tem uma falta de educação ambiental e sugere a AESA e o Comitê realizarem uma capacitação
163 para fazer a implementação. Lovania disse que tem o projeto SARA (Saneamento Ambiental e
164 Reúso de Água) do INSA-PB, que a AESA já está conversando justamente sobre isso – a
165 captação de águas domésticas com tratamento e a destinação correta da água (reuso), no final a
166 apresentação vai passar um filme com o assunto. Vai ser contratado esse projeto para solucionar
167 a questão da poluição difusa que é um dos programas que consta no plano de aplicação. Esse
168 programa solucionaria todo o problema se implantado nessa aldeia. Sanae informou que o
169 Ministério Público já tem conhecimento das residências que fazem despejo de águas sanitárias
170 nessa rede clandestina as consequências que tem para o avanço da Voçoroca e o que os
171 sedimentos da Voçoroca está causando no mangue. Esse levantamento já está pronto. A próxima
172 etapa seria esse grupo de trabalho passar nas residências e falar que vai ser necessário cada um
173 construir sua fossa séptica, mas mesmo assim se vai buscar recurso porque existe recurso federal
174 para esse tipo de situação. Agora é saber de que forma vai ser encaminhado recurso uma vez que
175 recurso emergencial. Sanae se propõe a ser uma das pessoas que estará a frente de mais pessoas
176 que conduzirão isso, por exemplo saber se é necessário a licitação dispensa e que instituição que
177 possa fazer essa licitação. Alfredo disse que a princípio ficou definido o encaminhamento do
178 ofício para a Defesa Civil pela a equipe anteriormente formado, (Alfredo, Givaldo Sanae e
179 Lovania) agradeceu a apresentação e passou ao **Item 4. Apresentação do Projeto corredor das**
180 **águas** – O **Sr. Juan** disse que esse Projeto está dentro de um programa de Estado que foi
181 resultado de um dialogo que a secretaria teve com o governador solicitou a junção de vários
182 projetos e foi segregado dentro de um único programa com intuito de captar recurso para dentro
183 desse programa ir distribuindo para organizar as demandas. Hoje esse programa Paraíba mais
184 verde tem cinco projetos sendo executado, planejado em fase de execução: Projeto Viveiros
185 Parayba do Futuro; Projeto Cidade mais Verde; Projeto Lixão Legal; Projeto Regulariza PB e
186 Projeto Corredor das Águas. Bases Conceitual e Princípios Norteadores: Planejamento 2024-
187 2027 – Lei Estadual 13.040 de 15/01/2024: Eixo Estratégico nº 2; Diretrizes; Programa 5300,
188 Público Alvo e Fonte de Recursos, Proteção a Vegetação Nativa, Mudanças Climáticas, Áreas
189 Protegidas, Resíduos Sólidos. **Objetivos** do Desenvolvimento Sustentável – ODS: 1. Erradicação
190 da pobreza, 2. Fome zero e agricultura sustentável. 6. Água potável e saneamento, 11. Cidades
191 e 12. Consumo de produção responsável. 13. Ação contra a mudança global do clima; 14 Água
192 na Água; 15 Vida Terrestre. **CORREDOR DAS ÁGUAS** – Objetivo: Restaurar áreas protegidas
193 associadas aos tributários das bacias hidrográficas da Paraíba; Restaurar as calhas regulares dos
194 rios para maior estabilidade ambiental e disponibilidade hídrica; formar corredores ecológicos
195 funcionais para a biodiversidade e sustentabilidade econômica da população paraibana. **Público**
196 **Alvo Proprietários** e posseiros de imóveis rurais conforme legislação vigente. Agricultores
197 familiares e empreendedores familiares rurais com até 4 Módulos Fiscais, adquiridos via FTRA
198 (Fundo de Terra e Reforma Agrária). Agricultores familiares já contemplados por mutirão de
199 CAR ou projetos federais para CAR (até 4 Módulos Fiscais). Agricultores familiares notificados
200 com status de análise ou aguardando regularização ambiental (Portaria MAPA nº 121/2021).



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

201 Povos indígenas, quilombolas titulados, pescadores artesanais e comunidades tradicionais.
202 Pequenos proprietários em sistemas de produção de cana-de-açúcar com áreas georreferenciadas
203 (certificadas ou não pelo INCRA). Método de Execução: Mobilização social do público
204 beneficiário se utilizando do Comitê de bacias como principal canal para adesão do projeto;
205 Participação do poder municipal, IES e outras entidades; Recuperação das áreas protegidas de
206 acordo com vocação e permissão legal (restauração natural, condução, sistemas agroflorestais,
207 etc.; Readequação da calha regular dos corpos hídricos de acordo com as necessidades e
208 viabilidade técnica. Unidade de Planejamento por bacia Hidrográfica: Iniciando pelo Litoral
209 Norte (Camaratuba e Mamanguape) e Sul (Gramame-Mamuaba) na zona da Mata Paraibana
210 envolvendo proprietário e posseiros rurais, assentamentos da reforma agrária/crédito fundiário,
211 terras indígenas e territórios quilombolas (público beneficiário); Considerando o passivo
212 ambiental de cada área degradada e alterada. Bacias contempladas: Camaratuba e Mamanguape,
213 Gramame e Abiaí. Finalizando a apresentação surgiram várias dúvidas principalmente sobre
214 recurso, Alfredo chamou atenção para o Comitê ficar atento quando da aprovação do Plano de
215 Aplicação do Recurso que é feito anualmente por exemplo foi aprovado o de 2025 sem ter
216 executado o de 2024 no caso de não ter sido executado pedir explicação a AESA porque não foi
217 executado. Houve muitas dúvidas que foram esclarecidas. Alfredo agradeceu a Apresentação do
218 Sr. Juan e passou ao **item 5. Palavra facultada** - O Sr. Sanae esteve presente na COP30 e disse
219 que aconteceu muitas manifestações e entre os pontos positivos destacou a homologação de mais
220 seis terras indígenas fora outras que deu início a demarcação e homologação. A ***Sra. Adriana***
221 ***Mágero*** falou sobre a questão de participar do Comitê por exemplo Raquel que gostaria de
222 participar, mas existe um critério que ela como suplente só pode participar se o titular faltar,
223 sugere que seja revisto o Regimento Interno do Comitê para que essas pessoas participem. O
224 ***Sr. Francisco Sousa da AESA*** disse que, que a reunião é aberta ao público, pode participar só
225 não pode, votar ações/aprovação. Adriana falou sobre a questão de ajuda de custo para
226 deslocamento. A ***Sra. Mirella*** sugeriu que seja feito o ressarcimento do transporte também como
227 é feito para os titulares. O Sr Alfredo sugeriu a elaboração do calendário das reuniões para 2026
228 com a aprovação dos membros da seguinte forma: 1ª reunião ordinária - 12 março em Mari; 2ª
229 reunião ordinária - 28 maio em Alagoa Nova; 3ª reunião ordinária - 27 agosto em Mataraca; 4ª
230 reunião ordinária - 10 dezembro em Baía da Traição. Quando tiver próximo as datas os membros
231 das respectivas cidades vão interagir com a Diretoria do CBH-LN para ajudar na logística da
232 reunião. Nada mais havendo a tratar, o ***Sr. Alfredo*** Presidente, agradeceu a presença de todos e
233 encerrou a reunião para que os membros participassem da Capacitação sobre o Uso racional de
234 água – Poluição de águas, causas e consequências com a Sra. Lovânia Werlang – Técnica de
235 Recursos Hídricos da AESA e eu ***Sr. Luiz Carlos Silva de Almeida*** 2º Secretário Geral do CBH-
236 LS lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será anexada a lista de presença.
237
238



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE

ASSUNTO: 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-LN, NO ANO DE 2025

DATA: 11/12/2025

LOCAL: ECIT JOÃO DA MATTA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

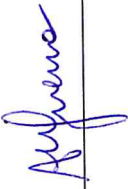

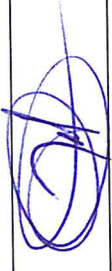
MUNICÍPIO: MAMANGUAPE/PB

LISTA DE PRESENÇA

USUÁRIOS DE ÁGUA					
Nº	Titular/ Suplente	Usuário de água	Representante	Assinatura	E-mail/ Telefone
1	Titular	Associação dos Irrigantes da fazenda Camaratuba	Cláudio da Silva Tibúrcio		99939 - 9023
	Suplente	Pedro Crisóstomo Alves Freire	O mesmo		
2	Titular	CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	Dilvany Batista Marcos		
	Suplente	CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	Carolina Baracuhy Amorim Arruda Sacum		
3	Titular	Camarões Costa LTDA	Alex Andrade de Miranda		
	Suplente	Antônio Pedrosa de Morais Coutinho Filho	O mesmo		
4	Titular	Engenho Imaculada Conceição Ltda	João Martins de Moura		
	Suplente	Rodrigo de Paiva Coutinho	O mesmo		
5	Titular	Fazenda Santa Terezinha	Márcio Lima da Silva		



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE

	Suplente	Nilton Cavalcanti de Moraes	O mesmo		
6	Titular	FCL Fabricação de Produtos Agrícolas LTDA	Natanael Leal da Silva		
	Suplente	Nilton Cavalcanti de Moraes Filho	O mesmo		
7	Titular	Guaraves Guarabira Aves Ltda	André Francisco da Silva Souza		
	Suplente	Guaraves Guarabira Aves Ltda	Tatiane Martins Bezerra da Silva		
8	Titular	Japungu Agroindustrial Ltda	Alexandre Maciel Guerra		
	Suplente	Japungu Agroindustrial Ltda	Fábio Batista Fonseca Maia		
9	Titular	Miriri Alimentos e Bioenergia S/A	Amanda Michele Santos de Lima	 81-999144287 amanda@miri.com.br	
	Suplente	Miriri Alimentos e Bioenergia S/A	Luiz Plácido Cavalcanti de Souza Andrade		
10	Titular	Usina Monte Alegre S/A	Finelon Silva de França		
	Suplente	Diego de Albuquerque Machado	o mesmo		



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Nº	Titular/suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail/ telefone
1	Titular	ABRHidro - Associação Brasileira de Recursos Hídricos	Maria Adriana De Freitas Magero Ribeiro		duvidadepeitoux@gmail.com
	Suplente	Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição	Raquel Barbosa da Silva		
2	Titular	Afink - Associação de Formação e Incentivo para o Nordeste Karente	Luis Carlos Silva de Almeida		99907-8550
	Suplente	SOS Sertão - Organização Sertaneja dos Amigos da Natureza	Joaquim Araújo de Melo Neto		
3	Titular	ASPLAN - Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba	Alfredo Nogueira da Silva Neto		83 99654-5245
	Suplente	Sindicato dos Produtores Rurais de Alagoa Grande - SPRAG	Marcelo Maurício de Sena		
4	Titular	Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA	Jair Correia Matos		JAIN@FAEPAPB.Com.Br / 74.988343956
	Suplente	Sindicato Rural de Alagoa Nova	Alberto Vieira de Atayde		
5	Titular	IFPB - Instituto Federal da Paraíba	Mirella Leôncio Motta e Costa		mirella.costa@ifpb.edu.br
	Suplente	UEPB - Universidade Estadual da Paraíba	Leandro Paiva do Monte Rodrigues		



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE

6	Titular	SINDALCOOL - Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado da Paraíba	Daniilo da Silva Maciel		danielcdsh@hotmail.com
	Suplente	Associação Comunitária dos Pequenos Criadores de Animais e Agricultores da Margem do Rio Mamanguape - Rio Tinto - PB	Antônio Justino da Silva		
7	Titular	Sindicato dos Agricultores Familiares de Itapororoca	José Carlos Dias de Lima		carloslima25450@gmail.com
	Suplente	Águas Potiguara	Fabiano Duarte Balbino		balbinoqg751@bol.com.br
8	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de de Rio Tinto	Marciano Lima da Silva		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari	Assis Firmino da Silva		

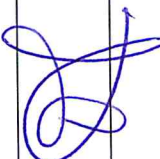
PODER PÚBLICO MUNICIPAL


Nº	Titular /Suplente	Prefeitura	Representante	Assinatura	E-mail/ Telefone
1	Titular	Prefeitura Municipal de Alagoa Nova	Givaldo Serafim Soares		(83) 9 8210-2744
	Suplente	Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roça	Veneranda Gonçalves Neta		womenandobomestudo@gmail.com
2	Titular	Prefeitura Municipal de Jacaraú	Kleyton Fernandes Madruga		kleytonmadruga925@gmail.com
	Suplente	Prefeitura de Guarabira	Thais Mayagela Sabrina Souza Cavalcante		
3	Titular	Prefeitura Municipal de Mamanguape	Gibran Feitosa Nogueira		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Marcação	Denise da Silva Vieira		



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE

4	Titular	Prefeitura Municipal de Serraria	Gil de Assis Elias Alves	
	Suplente	Prefeitura Municipal de Bananeiras	Ernandes Fernandes da Silva	

PODER PÚBLICO FEDERAL					
Nº	Titular/ Suplente	Órgão	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Paulo Roberto Correa de Sousa Junior		
	Suplente	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Afonso Henrique Leal		
2	Titular	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Francisco Sanae Antunes Moreira		<i>notini@sona.com.br</i>
	Suplente	Fundação Nacional do Índio - FUNAI			

PODER PÚBLICO ESTADUAL					
Nº	Titular/ Suplente	Órgão	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Francisco José de Brito Sousa		<i>Francisco@AESA.Pb.Gov.br</i>
	Suplente	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Rosa Lins		



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE

3	Titular	Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA	Lucas Araujo TrajanoSilva	-
4	Suplente	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca -- SEDAP	Demilson Lemos de Araújo	-

LISTA DE PRESEÇA GERAL					
Nº	Nome Completo	Instituição	Assinatura	E-mail	Telefone
1	Francisco Pereira Neto	AESA		mtocanos.pb.gov.br	
2	SEVERINO FIDELIS DA SILVA	Águas Figueiras			
3	IVSON ANTONIO	Águas Figueiras		ivsonantonio@gmail.com	
4	Haroldo de S. Virgílio	AESA			
5	Valéria Cêla da Nóbrega	AESA		celva@cesa.pb.gov.br	
6					
7					
8					



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE

9				
10				